

A. I. Nº - 128858.0020/18-7
AUTUADO - ZELITO GOMES CAIRES
AUTUANTE - MARIA DE JESUS SANTOS NOVAES
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 18/12/2019

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0208-04/19

EMENTA: ITD. DOAÇÕES. FALTA DE PAGAMENTO. Não foram carreados aos autos documentos comprobatórios da efetivação da doação. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em tela teve sua expedição ocorrida em 19/06/2018, para exigir crédito tributário no valor de R\$19.250,00, a título de ITD incidente sobre doação no valor de R\$550.000,00, considerada como ocorrida em 30/11/2013.

O autuado ingressou com Impugnação ao lançamento, fls. 14 a 16, onde requereu a nulidade do Auto de Infração, ao argumento de que não há incidência de ITD para transações de compra e venda de imóveis, havendo apenas a incidência de ITBI, o que foi feito.

Asseverou que não houve a dita doação, mas, sim, compra e venda de imóvel através de escritura pública, registrada sob nº 20.697, em 12.03.2013, conforme documento que anexou aos autos, a título de comprovação, cuja operação descreveu e que o respectivo valor foi na ordem de R\$50.000,00.

Após tecer outras considerações acerca da questão, concluiu requerendo a nulidade do Auto de Infração e que seja adentrado no mérito da atuação para efeito de constatação da não ocorrência de fato gerador, portanto, ausência de incidência de ITD.

A autuante apresentou a Informação Fiscal, de fl. 34, onde, após destacar o argumento defensivo de que não houve doação e sim compra e venda de imóvel, citando que o autuado não juntou aos autos a DIRF original do exercício de 2013/2014, apresentando apenas certidão do imóvel juntamente com cópia de DIRF retificadora, onde consta registrado o valor de R\$50.000,00 a título de venda do imóvel constante da referida certidão, entretanto a base de cálculo para exigência do ITD reclamado é no valor de R\$550.000,00 gerando um imposto devido na ordem de R\$19.250,00 que está em desacordo com o valor constante da escritura de compra e venda do imóvel.

Concluiu, pugnando pela Procedência do Auto de Infração.

VOTO

A acusação que versa nos presentes autos é no sentido de que o sujeito passivo deixou de efetuar pagamento de ITD, no valor de R\$19.250,00 relativamente a doação no valor de R\$550.000,00, sem identificar se o autuado foi o doador ou o donatário. Convém ressaltar que não foi apresentado, pela autuante, qualquer documento comprobatório da dita doação, sobretudo, informação colhida através da Receita Federal.

O autuado questionou a ocorrência dessa doação e apresentou uma DIRF retificadora, fls. 20 a 30, apresentada à Receita Federal, em 30/04/2018, antes da expedição do Auto de Infração, que só ocorreu em 19/06/2018, para comprovar que não ocorreu a alegada doação referida na autuação.

A autuante, quando da Informação Fiscal, não acolheu o argumento defensivo de que o autuado não fez juntada da DIRF original “para melhor elucidação do fato” e manteve a autuação, apesar de, mais uma vez, não apresentar qualquer documento que respaldasse o lançamento.

De maneira que assiste total razão ao autuado em seu argumento uma vez que a DIRF apresentada junto com a defesa, apesar de ser retificadora, sua apresentação se deu antes da lavratura do Auto de Infração, a qual não faz qualquer referência à doação, enquanto que a autuante não se desincumbiu do ônus de comprovar o fato acusatório.

Desta maneira, não existe nos autos a comprovação do fato gerador do imposto para efeito de cobrança do ITD e, nesta condição, voto pela Improcedência do presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 128858.0020/18-7, lavrado contra **ZELITO GOMES CAIRES**.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2019.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR